

CONGRESSO

Glauber aceita acordo e greve acaba

Motta garante a parlamentar que pedido de cassação não vai a Plenário em menos de 60 dias e ganha tempo para convencer pares

» WAL LIMA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Depois de nove dias somente à base de bebidas isotônicas, o deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ) encerrou, ontem, a greve de fome que mantinha desde que a cassação do mandato do parlamentar foi aprovada pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, em 9 de abril, por 13 x 5. Ele suspendeu o jejum depois de ter acertado com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que o processo de cassação não chegará ao Plenário nos próximos 60 dias.

“Estou suspendendo a greve de fome, mas não estamos suspendendo a luta contra o orçamento secreto. Não estamos suspendendo a luta pela responsabilização dos assassinos de Marielle (Franco). Não estamos suspendendo a luta pelos golpistas de plantão. A suspensão dessa greve vem depois de uma sinalização importante contra a perseguição que aqui se estava operando. Não preciso mais falar do que estava acontecendo aqui”, frisou Glauber.

Esse prazo garantirá a Braga a construção de uma linha de defesa que convença os demais deputados de que não deve perder o mandato, conforme explicou Motta. O acordo foi anunciado pelo presidente da Câmara em seu perfil oficial no X (antigo Twitter).

Aliados de Glauber têm se revezado em visitas na sala da Comissão de Ética — ontem, foi a vez de, entre outros, o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), e Luiza Erundina (PSol-SP). Para a deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP), mulher de Braga, o esforço para evitar

Wal Lima/CB/D.A Press



Líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ) se solidarizou ao gesto de Glauber, de pôr em risco a própria saúde para não ser cassado

a cassação será redobrado.

“De acordo com o movimento que se teve no Conselho de Ética, teria-se uma grande mobilização para que essa cassação fosse viabilizada. Foi graças a essa mobilização e a esse diálogo com o presidente Hugo Motta que foi possível a garantia de, no mínimo, 60 dias, a partir do segundo semestre, para que isso

seja apreciado no plenário. Isso nos garante tempo para dialogar e apresentar toda argumentação jurídica na defesa de Glauber. Vamos fazer de tudo para não cassarem. Deixar claro que seu mandato é muito importante, mas, mais importante, é você com saúde e vivo para cumprir sua missão”, afirmou Sâmia. Segundo a deputada, “se o

Glauber não fizesse essa greve de fome, esse ato político, talvez após este feriado de Páscoa ele já voltasse com o mandato cassado”.

Oposicionistas

O Conselho de Ética é, em sua maioria, composto por parlamentares da oposição.

O processo foi aberto porque Glauber agrediu o militante do Movimento Brasil Livre Gabriel Costenaro, em abril de 2024. Durante uma discussão, ambos trocaram ofensas e subiram o tom. Segundo o parlamentar do PSol, o integrante do MBL fez um comentário sobre sua mãe, a ex-prefeita de Nova Friburgo (RJ) Saudade Braga, que o ofendeu.



Não estamos suspendendo a luta pelos golpistas de plantão. A suspensão dessa greve vem depois de uma sinalização importante contra a perseguição que aqui se estava operando”

Deputado Glauber Braga (PSol-RJ)

A relatoria no colegiado coube ao deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) — cujo parecer pediu a cassação.

Glauber acusa o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de estar por trás do movimento para que perca o mandato. Segundo o parlamentar fluminense, a animosidade entre eles começou depois que denunciou o orçamento secreto. Além disso, uma ação do PSol junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) possibilitou que o ministro Flávio Dino deliberasse sobre uma manobra da Câmara para que a falta de transparência permanecesse na destinação de emendas parlamentares. O magistrado manteve os recursos bloqueados e irritou boa parte dos parlamentares.

Caso Glauber perca o mandato, assume sua suplente, a ex-senadora Heloísa Helena (Rede-AL). (Colaborou Fabio Grecchi)

Filho 03 esteve mais nos EUA do que na Câmara

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) colecionou mais dias fora do Brasil, este ano, do que no cumprimento do mandato parlamentar. Antes de se afastar da cadeira na Câmara para morar nos Estados Unidos, ele ficou 36 dias despachando do exterior, num período de 47 dias — desde o início do ano legislativo de 2025.

Os pedidos de licença foram formalizados e autorizados pela Câmara, sob a justificativa de “ausência do território nacional”, e o deputado não teve o salário afetado nos primeiros meses do ano. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) mostram que Eduardo pediu licença em três ocasiões, entre 2 de fevereiro e 20 de março — quando o deputado formalizou o afastamento do Parlamento por 122 dias.

Mesmo estando na maioria dos dias de trabalho fora do país, Eduardo marcou presença em 13 dias de sessões deliberativas realizadas no período. Isso ocorre porque a Câmara permite que o parlamentar o faça de forma virtual. Houve também uma ausência justificada e quatro não

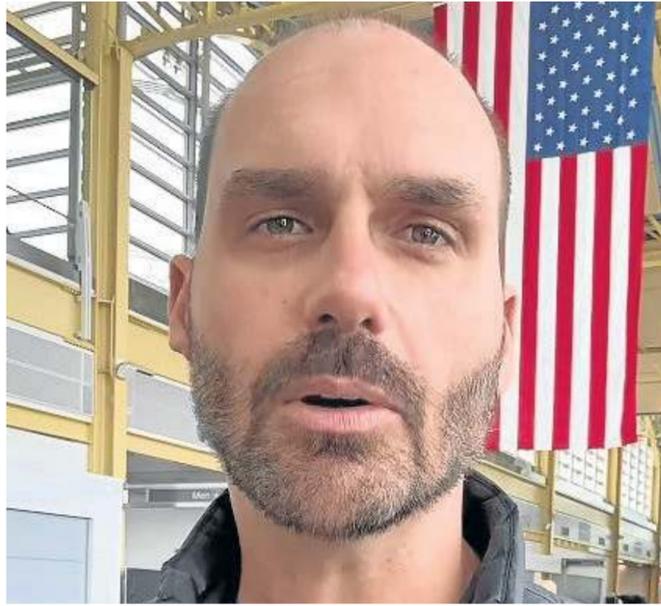
explicadas.

Por meio de resposta a pedido feito via LAI, a Casa afirmou que não houve “qualquer espécie de dispêndio por parte da Câmara dos Deputados, seja com hospedagem, seja com alimentação, seja com transporte” de Eduardo. afirmou, ainda, que a emissão das passagens aéreas ficou a cargo do filho 03 do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em uma das viagens aos EUA, o deputado disse que, para ele, era mais importante estar fora do país do que “batendo ponto” em Brasília.

Eduardo recebeu o salário de deputado federal sem alterações. O valor bruto era de R\$ 44.008 até janeiro e, a partir daquele mês, passou a ser de R\$ 46.366 para todos os congressistas.

Em janeiro, ele recebeu um desconto de R\$ 833 na folha de pagamento, cujo salário líquido foi de R\$ 33.302. A Câmara diz que a dedução pode ter ocorrido por razão de acertos de mensalidades anteriores e descontos por falta e impontualidade. Já em fevereiro e março, não houve punições por faltas, com os únicos cortes sendo por conta do

Instagram pessoal



Na licença atual, Eduardo Bolsonaro ficará nos EUA por 122 dias, que utilizará para articular ataques a Alexandre de Moraes e ao presidente Lula

imposto de renda. A remuneração líquida nos dois meses foi de R\$ 34.615,76.

Na atual licença de 122 dias, Eduardo não será remunerado. Isso ocorre porque a Câmara convocou o suplente, o deputado Missionário José Olímpio (PL-SP), para ocupar a cadeira até o retorno do filho do ex-presidente.

Regimento

No Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é estabelecido que os deputados podem pedir licença para desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural. Se a viagem for internacional, é preciso comunicar a saída do país ao presidente da Casa.

O parlamentar também pode se licenciar para tratar de questões pessoais, desde que não seja ultrapassado o prazo de 120 dias. Foi esse o argumento utilizado por Eduardo para se afastar temporariamente por 122 dias, com os dois dias a mais sendo justificados por “tratamento de saúde”.

Eduardo ainda pediu licença

Reprodução/Redes sociais



Portugal mostra o impacto da bala na blindagem do veículo que o levava

Seis tiros em carro de deputado no Rio

O carro do deputado federal pelo Rio de Janeiro Sargento Portugal (Podemos) foi alvo de tiros na manhã de ontem, na localidade de Antares, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio. De acordo com a Secretaria de Estado da Polícia Militar, o veículo do parlamentar é blindado e foram disparados seis tiros. A região onde ele e o motorista trafegavam é disputada por milicianos e traficantes ligados ao Comando Vermelho — os dois não se feriram.

Segundo o deputado, ele estava a caminho de um projeto social que seria inaugurado na região quando o carro foi alvejado. Na conta que mantém no Instagram, fez uma postagem depois da ocorrência, afirmando que

“atacaram meu carro. Mais uma vez, tentaram tirar minha vida”. Segundo ele, houve “clara” “tentativa de intimidação”. “Querem calar minha voz”, disse.

“Assim que a gente entrou na comunidade, já tinham dois elementos de fuzil. A nossa reação foi virar para a esquerda. Nessa, o carro foi sendo alvejado. Ainda veio um carro atrás efetuando mais disparo, até a gente sair da comunidade”, relatou o deputado.

“O Rio de Janeiro não é mais do carioca há muito tempo. Espero que tenhamos uma política de enfrentamento (ao crime), mas, como morador, posso dizer que tenho medo”, acrescentou, em entrevista a

uma emissora local de tevê.

Integrante da bancada da bala na Câmara, nas redes sociais Portugal compartilha vídeos defendendo o combate ao crime organizado. “O que falta pra gente ir com tudo pra cima desses vagabundos? Chega de recuo. Chega de cautela. É hora de mostrar força, firmeza e presença! Meu apoio é total às forças de segurança”, escreveu ele, em uma das publicações. “Vamos pra dentro! Vamos caçar esses criminosos sem tréguas.”

A Polícia Civil do Rio de Janeiro afirmou, em nota, que “o caso foi registrado na 36ª DP (Santa Cruz). Agentes iniciaram imediatamente diligências para apurar as circunstâncias do ocorrido

e identificar a autoria do crime”.

Esse não seria o primeiro ataque ao deputado este ano. Em janeiro, Portugal relatou que foi alvo de tiros no Jardim Clarice, na Gardênia Azul, em Jacarepaguá, Zona Oeste da capital fluminense. O ataque teria sido em reação aos vídeos que foi gravar no local a respeito dos portões erguidos pelo tráfico na localidade — que também é disputada por milicianos e traficantes do Comando Vermelho.

“Assim que acabei de gravar, desceram marginais da Pedra da Panela e largaram o aço. Graças a Deus esses policiais vieram de imediato e graças a eles eu não fui alvejado”, disse, em uma postagem no Instagram.